

HABITAÇÃO

MARCELO PREST



Maria da Penha e duas de suas filhas: família vive em casebre de madeira. “Não temos cama, dormimos todos no chão. Espero um dia ter uma casa melhor”

FALTAM CASAS ONDE HÁ MAIS FAMÍLIAS POBRES

Região Metropolitana do Estado tem déficit de 36 mil moradias

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Numa palafita, às margens da Baía de Vitória, em Porto de Santana, Cariacica, Maria da Penha Pinto Tavares, 50 anos, mora com quatro dos seus dez filhos. Feito de madeira e com um telhado precário, o casebre não dá aconchego que essa família busca, principalmente em períodos de chuva, quando o único cômodo é tomado pela água. “Peço a Deus todos os dias para não chover. É uma angústia ter que viver assim”, desabafa.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, 108 mil pessoas, cerca de 36 mil famílias de baixa renda como a da Maria da Penha, não têm

casa própria e vivem em habitações precárias, em adensamentos residenciais ou pagam aluguel excessivo.

Com o maior déficit habitacional do Estado, os sete municípios que compõem a região apresentam no Estado os piores desempenhos do Minha Casa Minha Vida faixa 1, modalidade do programa voltado para quem vive com um orçamento mensal inferior a R\$ 1,8 mil.

Essas cidades conquistaram, em sete anos do programa, apenas 3.008 das mais de 14 mil unidades urbanas contratadas em todo o Estado.

Em Cariacica, onde mora Maria da Penha, estão em



Maria da Penha usa pia no lado de fora da janela

obras os únicos 120 apartamentos voltados para esse público na cidade. Em Vitória, apenas 128 foram entregues até hoje. Na Serra, foi concluída, no ano passado,

a construção de 608 apartamentos. Vila Velha foi o que mais recebeu empreendimentos: são 1.488 imóveis prontos e outros 472 em construção. Em Guarapari,

foram concluídas 192 casas. Já Fundão e Viana não foram contemplados.

“Não tenho esperança de um dia ser beneficiada pelo Minha Casa Minha Vida. Fiz meu cadastro na prefeitura, mas nunca recebi respostas”, conta Maria da Penha, que vive com o Bolsa-Família dos quatro filhos pequenos.

Maria da Penha está com a família na casa de madeira há três anos. O local foi emprestado por uma filha, de 18 anos, que está em outra cidade. Sem água corrente no imóvel, a louça e a roupa são lavadas numa pia que fica do lado de fora da janela do casebre. “Perdi meu emprego ano passado. Não te-

nho condições de pagar o aluguel. Morar nesse barraco não é uma opção. Queria muito dar uma vida melhor para as minhas crianças”, acrescenta Maria da Penha, que nunca teve a carteira de trabalho assinada e foi demitida poucos meses antes da Lei da Doméstica entrar em vigor. “A patroa disse que não podia pagar meus direitos”.

Segundo estudo do Instituto Jones dos Santos Neves, com dados do Cadastro Único, 47% das pessoas que precisam de uma moradia no Estado estão concentradas na Região Metropolitana. “Como o levantamento é novo, somente nos próximos anos será possível verificar os efeitos do



“Espero um dia ser contemplada”

MILANE SOUZA, QUE MORA COM TRÊS FILHOS NA CASA DA MÃE DELA



“Me cadastrei no programa, mas nunca fui chamado”

ANTÔNIO SCHMIDT. ELE E A MULHER MORAVAM DE ALUGUEL E FORAM DESPEJADOS

NÚMEROS

REGIÃO METROPOLITANA
36.080

É o déficit aproximado de moradia para a população pobre em Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari.

3.008

É a quantidade de unidades contratadas pelo “Minha Casa” faixa 1 na região – equivalente a 8,34% do déficit habitacional.

REGIÃO DO RIO DOCE

8.020

É o déficit aproximado de moradia para a população pobre nos municípios de Linhares, Sooretama, Rio Bananal, Aracruz, João Neiva e Ibitiara.

3.932

É o número de casas contratadas na região.

REGIÃO CENTRO-OESTE

6.600

É o déficit aproximado de moradia nessa região, que contempla Colatina, Marilândia, Governador Lindenberg, Pancas, Baixo Guandu, entre outras cidades.

2.408

É o número de unidades contratadas na região.

Minha Casa Minha Vida na redução da necessidade de moradia”, afirma a presidente do instituto, Andreza Rosalém Viera.

Construtoras que atuam nesse setor culpam, além da burocracia, o baixo valor pago pelo governo federal por cada unidade construída de impedir o “Minha Casa” de progredir nesses municípios com a maior demanda. “Com as condições oferecidas, as empresas que pegam as obras não conseguem ter fôlego para trabalhar e acabam falindo”, explica o empresário, João Roncetti, diretor de habitação social do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon).

DIFICULDADES

Terrenos caros inviabilizam construção de mais imóveis

Governo exige que unidades estejam em locais com rede de esgoto e acesso à água tratada

« O alto preço dos terrenos e a ausência de infraestrutura, como saneamento, em alguns bairros da Região Metropolitana, são os principais empecilhos para o avanço do Minha Casa Minha Vida para as famílias de baixa renda.

Segundo o prefeito de Venda Nova do Imigrante e presidente da Associação dos Municípios (Amunes), Dalton Perim, o governo federal exige que no

local onde serão construídos os imóveis exista rede de esgoto e acesso à água tratada. “Não é possível achar terrenos com preços baixos nessas condições. A maioria das áreas propícias aos empreendimentos não conta com essa infraestrutura”.

Com a intenção de reduzir essas barreiras, o governo do Estado, pelo programa Nossa Casa, tem feito investimentos complementares aos empreendimentos do programa habitacional. “Levamos obras de infraestrutura urbana, como esgoto, pavi-

mentação e água encanada para as áreas que receberão os projetos ou complementamos o valor do imóvel para que a família tenha uma moradia de melhor qualidade”, explica a diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Urbano (Idurb), Caroline Jabour.

De acordo com ela, o Estado iniciou também um trabalho de regularização fundiária em 35 municípios. “Isso vai possibilitar as famílias que vivem hoje em ambientes precários ou de aluguel acessarem ao

crédito para construir suas casas”, acrescenta.

Em nota, o Ministério das Cidades disse que, no próximo ano, a previsão é de que, além da terceira fase do Minha Casa Minha Vida, seja lançado também um programa que visa a combater a precariedade de moradia. O projeto vai ajudar as famílias, que vivem em lugares insalubres, a reformar os imóveis. O foco são casas só reboco e com problemas elétricos, hidráulicos e na fossa sanitária. (Com a colaboração de Marcelo Prest e Raquel Lopes)

MARCELO PREST



Ocupação

Contemplados, mas sem receber as chaves, Thaís Dias, o marido, Amadeus da Conceição, e os filhos, Izaque, 4 meses, e Lara, 4 anos, ocuparam ilegalmente um imóvel do “Minha Casa” em Colatina, região com déficit de 6.589 moradias.

Sem dinheiro para alugarmos uma casa, a solução foi fazer essa ocupação”

THAÍS DIAS
APOSENTADA
POR DEFICIÊNCIA

ANÁLISE

Investimento social é baixo

« Analisando os dados do MCMV, percebe-se que há ainda um longo caminho para se percorrer para reduzirmos o déficit habitacional no Estado. Segundo, há pouco investimento na Região Metropolitana, área carente e com problemas sociais graves. Cariacica, por exemplo, cidade com menor PIB per capita, quase não recebeu investimento. Percebe-se que o ES, em relação ao país, continua pouco atendido pelos programas sociais do governo federal, o que é preocupante e injusto.

MARCELO LOYOLA
PROFESSOR DA FACULDADE PIO XII

Vítimas das chuvas de 2013 ficam sem moradias

« Após as fortes chuvas de 2013, a promessa de reconstrução trouxe esperança para aqueles que tiveram as moradias destruídas pela inundação e pelos deslizamentos. Quase três anos depois, nenhuma obra para atender às vítimas foi iniciada. E o número de contemplados

será menor do que o previsto lá no passado.

Dos 55 municípios que seriam contemplados pelo Minha Casa Minha Vida por causa da enchente, apenas seis vão receber os investimentos do programa.

Segundo a diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Urbano

(Idurb), Caroline Jabour, nem todas as prefeituras conseguiram entregar a documentação exigida pelo Ministério da Integração, que já liberou parte dos recursos para a construção das casas. “Trabalhamos para não perder esse dinheiro”, diz Carolina ao explicar o motivo da exclusão de 49 cidades. “Os municípios não conseguiram achar terrenos viáveis para a realização das obras”.

Na época, a presidente Dilma Rousseff, hoje afastada do cargo, havia dado aval para que 1.950 famílias fossem beneficiadas com um novo imóvel.

Porém, agora só 170 devem ser atendidas. Os municípios com projetos aprovados são Afonso Cláudio (20), Itaguaçu (69), Baixo Guandu (30), Santa Teresa (15), São Domingos do Norte (29) e Águia Branca (7).

HISTÓRICO DE PROBLEMAS DO “MINHA CASA”



2009

O governo cria o Minha Casa Minha Vida, prevendo a construção de 16.846 moradias para os mais pobres no Estado.



2010

Um ano após o lançamento, programa quase não havia contratado obras.



2012

Programa que era esperança para muitas famílias se transforma em dor de cabeça.



2015

As unidades prometidas pelo governo ficaram só na promessa para muitas famílias.